

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 11

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
11**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 11 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 11)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-312-5

DOI 10.22533/at.ed.125190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 11” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903041	
CAPÍTULO 2	13
AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS ATIVAS	
Andreza Cavalcanti Vasconcelos Gabrielly Laís de Andrade Souza Flavia Gymena Andrade Sâmara Aline Brito Brainer Vanessa Juvino de Souza Claudia Germana de Alencar Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1251903042	
CAPÍTULO 3	19
CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS DE LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Paulo Rosas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1251903043	
CAPÍTULO 4	30
FERRAMENTA EDUCACIONAL VIRTUAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO	
Pablo Castro A. Silva Marcos V. Montanari Virgínia de Souza Á. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903044	
CAPÍTULO 5	36
GOOGLE FOR EDUCATION NA ESCOLA PARAIBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Josley Maycon de Sousa Nóbrega Nathalya Marillya de Andrade Silva Cristiana Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1251903045	
CAPÍTULO 6	48
O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA?	
Eduardo Francisco Souza das Chagas Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1251903046	

CAPÍTULO 7	60
POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	
João Carlos de Lima Neto Juliana Gomes da Silva de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1251903047	
CAPÍTULO 8	68
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1251903048	
CAPÍTULO 9	79
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR	
Janice Pereira Lopes Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.1251903049	
CAPÍTULO 10	93
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO	
Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.12519030410	
CAPÍTULO 11	105
PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM EXPERENCIAL: UMA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030411	
CAPÍTULO 12	118
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Jayne Millena Ferreira Rodrigues do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.12519030412	
CAPÍTULO 13	128
POTÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL	
Natália Milânio Soares de Faria Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030413	

CAPÍTULO 14	141
POTENTIALIZATION OF LEARNING ABOUT OSMOSIS, USING LOW COST MATERIALS IN EXPERIMENTAL PRACTICES	
Fabiana América Silva Dantas de Souza Rayanne Maria de Lima Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030414	
CAPÍTULO 15	149
PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS	
Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030415	
CAPÍTULO 16	159
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Juliana A. D. da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030416	
CAPÍTULO 17	168
PROCESSO FORMATIVO DO DOCENTE EM QUÍMICA: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	
Christina Vargas Miranda e Carvalho Hélder Eterno da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030417	
CAPÍTULO 18	178
PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO O DESEMPENHO DOS TUTORES E CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO EM MACAPÁ-AP	
Nilda Miranda da Silva Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Andreia Dutra Fraguas Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simonne Lisboa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.12519030418	
CAPÍTULO 19	190
PROJETO “A COR DA CULTURA”: O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROGRAMA “HERÓIS DE TODO MUNDO”	
Helena Maria Alves Moreira Mônica Regina Ferreira Lins Luciana Maria da Conceição Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030419	

CAPÍTULO 20 198

PROJETO INTERDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL

Vitor Trein Lucca
João da Jornada Fortes Filho
Laura Perin Lucca
Antônio Vanderlei Dos Santos
Mauro Cesar Marchetti

DOI 10.22533/at.ed.12519030420

CAPÍTULO 21 207

PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU

Karinny Lima de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.12519030421

CAPÍTULO 22 216

PROJETO NAS ASAS DA LEITURA: AÇÕES E REAÇÕES NO INCENTIVO AO ATO DE LER

Kátia Farias Antero
Maria do Socorro Moura Montenegro
Anderson Franklin do Rego Antero
Thays Evelin da Silva Brito

DOI 10.22533/at.ed.12519030422

CAPÍTULO 23 227

PROJETO TRANSDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

Eleneide Menezes Alves
Romildo de Albuquerque Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.12519030423

CAPÍTULO 24 236

PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO

Maria José Fernandes Torres
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araújo dos Santos
Keila Cruz Moreira
Carlos Eduardo Araújo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.12519030424

CAPÍTULO 25 252

PROTAGONISMO JUVENIL E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O EDUCANDO COMO ATOR E AUTOR DO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Dayane Priscilla Bernardes Anjos
Franciela Félix de Carvalho Monte

DOI 10.22533/at.ed.12519030425

CAPÍTULO 26	263
QUIZ EM METODOLOGIAS ATIVAS: SUPORTE NO ENSINO APRENDIZAGEM	
Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes	
José Vinícius Lopes da Silva	
Rodrigo e Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.12519030426	
CAPÍTULO 27	272
RECITAL MUSICOPEDAGÓGICO CDG: TEMPO DE HISTÓRIAS CONTADAS E CANTADAS	
Helena Müller de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.12519030427	
CAPÍTULO 28	288
REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO	
Vanessa Alexandre de Souza	
Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030428	
CAPÍTULO 29	301
RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Emillia C. Gonçalves dos Santos	
Luciano Godinho Almuinha Ramos	
Yasmin Saba de Almeida	
Márcia Cristina Alves Bezerra	
Rafael dos Santos Costa	
Aldenora Santana de Oliveira	
Caroline Brelaz Chaves Valois	
Boaz Ramos de Avellar Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.12519030429	
CAPÍTULO 30	318
PRESERVANDO E CONSERVANDO O MANGUEZAL NOS ARREDORES DA PRAÇA DO CAIARA NO BAIRRO DA IPUTINGA-RECIFE/PE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII	
Gladstone Barbosa Soares	
Maria do Carmo Lima	
Vilma Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030430	
CAPÍTULO 31	327
OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS	
Fernando Gregorio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	339

PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS

Rozineide Iraci Pereira da Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Escritor Osman da Costa Lins- FACOL, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Gama Filho-UGF.

Doutoranda em Ciências da Educação pela Atenas College University. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6545566162309530>. E-mail: neide-silva96@hotmail.com

Cumarú-PE.

Nair Alves dos Santos Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Escritor Osman da Costa Lins- FACOL, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Gama Filho-UGF.

Doutoranda em Ciências da Educação pela Atenas College University. E-mail: bnairalves@gmail.com Passira-Pe.

RESUMO: Acreditamos que é importante refletirmos sobre as fases da avaliação, para chegarmos a um resultado efetivo decorrente da determinação das ações diagnósticas, somáticas e classificatórias. Neste contexto, o processo avaliativo atual está interligado nas diretrizes tentando buscar um diagnóstico no processo de ensino aprendizagem, sendo explícita a classificação do discente, deixando transparecer no momento que está sendo medido a capacidade e o grau de inteligência

do aluno por meio de parâmetros comparativos. Dessa forma, a avaliação perde sua essência de detectar o problema e assim trabalhar para que ele não persista, como também, não leva em consideração os demais saberes adquiridos pelo discente. Nosso objetivo com o presente artigo é abrir uma discussão sobre os três conceitos de avaliação e frisar que o professor deve lançar mão de cada um deles com toda autonomia. O tema adveio da preocupação referente às práticas avaliativas desenvolvidas em algumas escolas por apenas utilizar a avaliação classificatória, verificando apenas sobre conteúdos transmitidos em sala de aula e deixando de lado o conhecimento prévio do educando e todo avanço durante o ano letivo.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem, Práticas, Avaliação.

ABSTRACT: We believe that it is important to reflect on the phases of the evaluation, in order to arrive at an effective result resulting from the determination of the diagnostic, summative and classificatory actions. In this context, the current evaluative process is interconnected in the guidelines trying to seek a diagnosis in the process of teaching learning, being explicit the classification of the student, showing at the moment that the capacity and the degree of intelligence of the student is being measured through comparative parameters . In this way,

evaluation loses its essence of detecting the problem and thus working so that it does not persist, but also does not take into account the other knowledge acquired by the student. Our objective with the present article is to open a discussion about the three concepts of evaluation and emphasize that the teacher must use each of them with full autonomy. The theme came from the concern about the evaluation practices developed in some schools by only using the classification evaluation, checking only on content transmitted in the classroom and leaving aside the previous knowledge of the student and any progress during the school year.

KEYWORDS: Learning, Practices, Assessment.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade identificar a importância de trabalhar na vivência de sala de aula com as três formas de avaliação de maneira consciente na execução de atividades ocorridas no decorrer do processo de sua aprendizagem.

Sabemos que as avaliações nos dias atuais estão de acordo com o que se espera dela, distribuídas em três vertentes:

Avaliação diagnóstica é aquele tipo de avaliação que busca averiguar como o aluno chegou à escola, se ele tem, de fato, as competências pré-estabelecidas para a série (ano) que está cursando.

Avaliação somatória é aquele tipo de avaliação utilizada desde o primeiro dia até o último dia letivo. É um processo gradativo e observado ao longo de todas as construções do aluno no dia- a- dia.

Avaliação classificatória é aquela que tem por objetivo averiguar se o que foi dado em sala, foi de fato assimilado. Ela é devolvida por meio de uma nota.

Expomos aqui uma resumida definição dos conceitos de avaliação por entendermos a importância do conhecimento do professor acerca delas para melhor condução do processo de ensino- aprendizagem, e salientamos que é de suma importância o resgate de ferramentas que auxiliam nesse saber eficaz, para isso, o educador deve ter conhecimento de cada aluno, bem como, de suas necessidades cognitivas. Para que isso realmente aconteça, o professor necessita desenvolver o papel de mediador, conhecer a essência de cada um dos três processos avaliativos, e assim, fazer uso deles com toda eficiência.

As preocupações em relação às práticas utilizadas pelos educadores para que os alunos possam alcançar resultados positivos a cada tipo de avaliação desenvolvido em sala de aula foram vistas como uma forma de compreender como devem ser as estratégias usadas para atingir esse propósito.

Foram observadas, ainda, várias metodologias voltadas para contribuir na facilitação da aprendizagem escolar, onde tiveram como intuito conquistar o aluno oferecendo meios de fazer ver a avaliação contextualizada com sua realidade de

maneira que chame atenção ao mesmo tempo em que o interesse passe a ser definitivo.

O trabalho apresenta-se através de um referencial teórico baseado nas contribuições de autores como Hoffmann, Libâneo, Luckesi, Piletti, que fundamentam a discussão através de teorias que favorecem a compreensão do professor ao longo do processo avaliativo.

Dessa forma, conhecer e discutir sobre as práticas ou formatos avaliativos fazendo um retrospecto da avaliação desde a antiguidade e a levando em consideração a proporção que ela tem tomado nos dias atuais é uma forma de expor aos docentes que esta prática é de fundamental importância para o seu sucesso entre as “quatro paredes” de uma sala de aula, desde que , sejam aplicadas com muita segurança e conhecimento.

2 | O QUE É AVALIAR: MEDIR, TESTAR?

Na área da Educação avaliar exige prudência e eficiência por parte do educador. O mesmo precisa estar atento aos cuidados na forma de avaliar o educando, ou seja, o mesmo deve saber o que quer diagnosticar.

O ato de avaliar é um processo contínuo que busca interpretar a ação de conhecer habilidades e atitudes dos alunos, tendo como primordial interesse a mudança esperada no comportamento objetivando condições de resolver alternativas do planejamento de direcionamento de propostas para o trabalho do professor e da escola em sua totalidade. (PILETTI, 2006, p.190)

Diante dos fatos o ato avaliativo se constrói numa fase necessária ao ato de ensinar e aprender e se concretiza em um contexto que possibilite ao aluno uma reflexão sobre os conhecimentos construídos.

O ato avaliativo do educador deve ser ponderado, flexivo e cuidadoso de acordo com a realidade do aluno, realizando uma avaliação diagnóstica, refletindo sobre as intervenções didáticas e ao final do percurso, além de verificar se as intervenções repercutiram em aprendizagem, possibilitando ao educador avaliar seu próprio trabalho.

Luckesi (2014, p. 69), considera a avaliação como uma promoção avaliativa qualitativa, dando condições ao educador de acompanhar e conhecer seus educandos, identificando o seu desempenho e, principalmente, suas dificuldades melhorando, sempre que necessário, o processo ensino-aprendizagem.

Essa metodologia de fazer da avaliação um suporte para que o professor consiga êxito em relação à aprendizagem dos alunos se consegue através organização de conteúdo, conceitos procedimentais do ato de ensinar e de avaliar outros aspectos de grande importância do processo avaliativo.

Sendo a avaliação um instrumento que auxilia os alunos no ato de construir a aprendizagem, torna-se de extrema importância as mudanças quanto aos docentes para que se conduza formas de avaliar de maneira reflexiva, atreladas a ações na

busca de formulação de um novo conceito avaliativo.

Para que a avaliação tome uma nova forma e cumpra sua função, é prioritário que o aluno conheça os resultados de sua aprendizagem que conheçam de fato seus acertos e erros para assim se fundamentar com vínculo de respeito e satisfação no ato de aprender.

De maneira diferente daquilo que muitos professores vivenciaram enquanto estudantes ou durante seu processo de formação docente, atualmente eles precisam em sua prática de ensino elaborar diferentes estratégias e oportunidades de aprendizagem e avaliar se as mesmas estão sendo adequadas para ser aplicadas em sala de aula.

Entretanto, o ato avaliativo é abrangente contendo números, exercícios ou atividades a serem resolvidas individualmente para medição de aprendizagem ou capacidade do aluno. Ela é uma observação contínua auxiliada por anotações feitas por professores. O professor deve estar sempre atento na hora de avaliar levando em consideração seu raciocínio, criatividade, interação com os outros entre outros aspectos importantes.

2.1 A Importância de Avaliar

Durante muito tempo, o processo avaliativo foi visto como um mecanismo que tinha a função de classificar os alunos dotados de inteligência ou não. A realização da prova na fase final de cada período bimestral serviria como comprovação do aluno que aprendeu e aquele que não conseguiu alcançar a aprendizagem.

Atualmente, esse modelo ficou ultrapassado, a avaliação é vista hoje como uma importante ferramenta aos professores para atingirem metas relacionadas ao avanço dos estudantes através de formas diferenciadas de avaliação no ato de proporcionar aos mesmos a qualificação da aprendizagem no oferecimento de alternativas para um progresso satisfatório.

Esse progresso não se resume apenas em provas a cada finalização de bimestre, mas sim que o processo avaliativo seja contínuo, ou seja, que o professor observe o desempenho de seu aluno durante todas as atividades que sejam realizadas em sala de aula permitindo, assim, que se observe a capacidade, a competência e o desenvolvimento desempenho do aluno no decorrer do ano letivo. Segundo Libâneo:

O ato de avaliar é parte interativa do processo de ensino-aprendizagem e não uma etapa isolada [...] Ajuda a tornar mais claros os objetivos que se quer atingir [...] Ajuda a desenvolver capacidades e habilidades [...] Ajuda na auto percepção do professor [...] reflete os valores e expectativas do professor em relação aos alunos. (LIBÂNEO 2017, p. 200)

A avaliação faz-se necessário, principalmente, quando o educador propõe

atividades onde o educando tome como ponto de partida o “erro”, pois é através dele que se reconstrói, reformula, ou seja, pelo fazer constante que ele se supera.

É preciso que seja proporcionado oportunidades onde eles possam criar, fazer, inventar, refazer, ler e reler de um jeito próprio. Segundo Hoffmann (2014, p. 194):

O educador é visto como único responsável por levar o educando a refletir sobre sua ação com base nos resultados obtidos através de uma avaliação que proporciona ao professor a reavaliar seus critérios avaliativos e conseqüentemente a sua prática.

2.2 A Avaliação da Aprendizagem de Maneira Histórica

A avaliação já existe há séculos, mesmo sem receber a nomenclatura, os atos indiciavam esse processo. Por exemplo, desde a época dos povos primitivos, para serem considerados adultos, os jovens só teriam que ser classificados em um teste de acordo com seus costumes. Já os jesuítas, lançaram mão de um instrumento que se concretizava na execução de exercícios orais. Como podemos ver, mesmo de maneira inconsciente, a avaliação já era utilizada para constatar se aquilo que foi ensinado, realmente surtiu efeito.

Com o passar dos anos foram surgindo novas concepções de testar se o outro estava realmente aprendendo o que lhe era repassado, foi a partir dessa análise que aquilo que estivesse atrelado ao diagnosticar, averiguar ou conferir o resultado escolar começou a ser chamada de avaliação, passando a provocar grandes e permanentes equívocos no ato de avaliar.

Atualmente, no que diz respeito ao avaliar se preconiza a autonomia colaborativa por parte dos participantes nesse processo (professor/aluno) de uma forma que o aluno seja instigado a formar por si só seu senso crítico e não ser mais um “depósito” de informações.

Partindo por este viés, a avaliação se fortifica no processo da construção dessa aprendizagem em que o educador mostra aos caminhos para que se chegue a ela, mas que o aluno é o próprio protagonista desse saber. Em uma turma, sabemos que há vários saberes e que cada um tem à sua maneira própria de aprimorá-lo, é nessa hora, que o professor enquanto mediador adentra no processo conduzindo cada um de acordo com suas limitações e potencialidades.

2.3 Ponto de Vista Legal da Avaliação

No Brasil hoje coexiste muitos aspectos avaliativos tanto da esfera Federal, como o SAEB e o ENEM, como também nas estaduais e municipais que atribuem importantes segmentos para promoção e eficácia, garantindo a melhoria no ato de planejar o processo educacional.

O processo avaliativo nessas esferas é entendido como forma de averiguar se o que está sendo colocado nos currículos, está de fato sendo cumprido. Essas avaliações para o Estado têm caráter classificatório, e dependendo da visão da escola e do município pode ter também um diagnóstico que se dá por meio da análise dos

resultados, e através deles, se planeja um novo caminho.

Na implantação dessa nova forma de receber esses resultados há uma grande viabilidade de se repensar e até fortificar ações diversificadas no setor metodológico que proporcionem um repensar por todos que integram a escola verificando os pontos positivos e negativos do sistema avaliativo permitindo o monitoramento e redimensionamento das ações nesse processo.

Deste modo, com base nas avaliações externas, já citadas anteriormente, o processo avaliativo educacional passou a ser também de interesse dos governantes, tornando assim, uma política pública que visa averiguar a qualidade do ensino com enfoque desde a Constituição de 88 que teve seu nascimento num momento histórico de transformação política do país, conhecida também como Constituição Cidadã.

Seguindo por este parâmetro é de grande valia priorizar uma educação de qualidade a todos independente de etnia, religião ou classe social, porque a CF/88 em seu Art. 205 preceitua que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

2.4 Os Pcn's a Respeito da Avaliação

No que diz os Parâmetros Curriculares Nacionais–PCNs avaliação deve ser entendida como ações planejadas e tem como finalidade obter informações do que o aluno aprendeu, de que forma aprendeu e em quais condições. Para se ter um bom resultado neste processo de ensino, precisa-se fazer uma investigação profunda que se possa fazer alguns ajustes e com apoio da ação pedagógica tornando o ensino e aprendizagem qualificada.

Desse modo é notório afirmar que o ato de avaliar para o professor não é apenas o ato de verificação da aprendizagem do aluno, mas também é um instrumento para analisar e revisar sua prática educativa contribuindo também para que o aluno possa observar seu comprometimento em termos de assimilação do conhecimento refletindo seu progresso, para assim traçar metas de superação objetivando o melhoramento de sua aprendizagem.

Portanto, seja o professor ou a instituição de ensino, ambos precisam inovar e transformar o ambiente de trabalho em lugares prazerosos que além de fornecer conhecimentos utilize estratégias próprias para que se obtenham resultados positivos no cotidiano escolar.

2.5 Avaliações Institucionais

A avaliação institucional visa à qualidade das escolas de educação básica das redes privadas e públicas no intuito de avaliar o desenvolvimento de ensino.

Sendo assim as instituições educacionais públicas e privadas começaram a

buscar e desenvolver novas competências relacionadas ao auxílio e melhorias na qualificação educacional em todos os níveis e modalidades.

Essa busca tomou grande proporção no final dos anos setenta, alcançando o seu ápice nos anos noventa.

Como garantia de obter resultados de pesquisa sobre como está a qualidade do ensino brasileiro começou a serem criadas diversas instâncias de avaliação educacional, com objetivos claros para o fornecimento de uma nova conduta educativa de melhoria do ensino, abrangendo de maneira diversificada os níveis de ensino. Esses meios avaliativos deram origem ao IDEB que é uma forma de constatar o Índice de Desenvolvimento Educacional da Educação Básica do país.

2.6 Os Tipos de Avaliação

A avaliação da aprendizagem deverá assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem, e para que isso aconteça é fundamental que a avaliação ocupe um papel de auxiliar no desenvolvimento como Luckesi (2014, p.174) afirmou que o ato de avaliar para se obter uma aprendizagem significativa tem por objetivo ajudar o educando no seu progresso auxiliando-o no amadurecimento e aprendizagem dos conteúdos significativos.

O processo de avaliação enquanto ferramenta primordial no desenvolvimento do ensino-aprendizagem precisa ser vista como um instrumento pedagógico e não como uma forma de sanção.

Nesse aspecto utiliza-se para diagnosticar o comprometimento de aprendizagem de cada aluno, para assim propiciar ao mesmo uma forma diferente no aspecto de detectar o que aprender com sentido prático e no ato do professor replanejar as atividades que não houve avanço. “O ato de avaliar pode ser caracterizado como uma maneira de ajuizamento da qualificação do que está sendo avaliada, situação que propõe uma tomada de posição em uma visão transformadora”. (LUCKESI, 2002, p. 33)

De acordo com o autor na sala de aula, o educador deve estar sempre atento, avaliando as ações dos alunos para que possa promover a partir delas intervenções, pois a verdadeira avaliação acontece na construção do conhecimento realizada pelo sujeito que aprende.

Haydt (2000, p. 35), diz que “o trabalho do professor é averiguar o rendimento do aluno, avaliando os resultados obtidos do ensino no sentido de diversificar a metodologia em decorrência da deficiência da aprendizagem”. Com isso, deve-se entender que será parte da rotina escolar e responsabilidade do professor aperfeiçoar a sua prática.

Luckesi, (1995, p. 81), “completa afirmando que a avaliação não seria simplesmente um mecanismo para a classificação do aluno, mas sim um mecanismo de diagnóstico de sua situação real”, ou seja, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para a sua aprendizagem.

2.7 Instrumentos de Avaliação

A avaliação nessa nova concepção de instrumento, deixa de lado o seu caráter punitivo e passa a subsidiar as averiguações do que foi debatido e exposto em sala de aula, atendendo às expectativas no cotidiano educacional.

Porém, se o aluno erra, é porque reflete, busca regularidades e constrói hipóteses em relação a seus conhecimentos, dessa forma se faz necessária a intervenção do professor onde deverá ajudá-lo a refletir, a buscar possibilidades de articulações evitando falsas generalizações. O aluno, a observar o que não via, pode modificar sua compreensão, altera sua ação e supera seu medo.

Mediante a essa forma de intervir, percebe-se que a mesma difere da correção tradicional, visa à expansão do conhecimento do aluno e acontece durante a própria situação de aprendizagem. Sendo assim, a avaliação é um processo dinâmico, como uma relação com o mundo, que coloca a todos instantes perante um processo de ação-reflexão-ação. Caracteriza-se por ser um processo contínuo, em que cada nova avaliação promove a gestão de um novo rol de ações.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, conforme natureza de classificação metodológica como aponta Gil (2008) e Severino (2007), e aborda a análise do Sistema de Avaliação Educacional das avaliações externas nas escolas do ensino fundamental dos anos iniciais.

É de grande relevância, destacar que este artigo contempla desde as fontes de pesquisa a revisões bibliográficas tomando como aportes para argumentação, Luckesi (2014), Hoffmann (2014), Libâneo (2017), por contribuírem com eficiência em seus escritos, abordando temas referentes aos objetivos desse estudo e apresentando subsídios a serem evidenciados para uma maior reflexão sobre a avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem escolar efetua-se a partir de uma prática pedagógica planejada que são realizadas pelos educadores e demais responsáveis pela educação.

Dessa forma, a escola está no caminho certo para obter uma educação de qualidade, portanto se faz necessário que as práticas avaliativas sejam trabalhadas e vivenciadas de forma contínua, além de ser introduzido no aluno o verdadeiro significado de avaliar.

Sabendo que a avaliação, há pouco tempo atrás, nunca foi tão discutida e questionada como um instrumento que direciona e acompanha o processo educacional, tornando-se propenso a uma reflexão na atuação do educador no processo avaliativo.

Dessa maneira o grande desafio para efetivar objetos é propiciar ao aluno uma avaliação com possibilidades de compreensão reflexiva, integrada, coerente partilhada e autonomizada a no processo ensino aprendizagem. Se os objetivos são educação, inovação e transformação, a função maior nesse aspecto é pensar sobre um novo modelo de avaliação.

Desse modo romper paradigmas, mudar nossa concepção, mudar a prática, é construir uma nova escola. Desta forma, se está formando cidadãos autônomos, criativos, solidários, críticos e conscientes.

É preciso refletir que a avaliação nunca pode se constituir em um instrumento punidor do aluno, pois durante muito tempo e infelizmente ainda hoje, há professores que utilizam a nota como forma de punir o aluno porque seu comportamento não é adequado, ao invés de usar a avaliação para revelar a realidade do seu saber. Com isso o professor realmente está usando a avaliação como um julgamento e não com o sentido que precisa caracterizar o papel do mediador.

Enquanto não se entender que a avaliação não serve para julgar, acontecerão os mesmos erros, mesmo procurando fazer novos caminhos. Em síntese, as dificuldades são muito significativas, mas é preciso que os professores tenham o conhecimento das mesmas e partam para as suas soluções.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Constituição (1988). Constituição Federal: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até 31.12.2001.** 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAYDT, Regina Célia (et al). **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1988.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** 44ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2014;

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 13ªed. SP: Cortez, 2002.

_____. **Avaliação e Aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez,

1996.

PILETTI, C. Didática Geral. São Paulo: Editora Ática. 20ª ed. 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-312-5



9 788572 473125